



Ata nº 021 da Sessão Ordinária nº 021, de 01 de abril de 2014.

Às nove horas do dia primeiro de abril de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES**, **CEZAR COLARES**, **ANTÔNIO JOSÉ**, **SÉRGIO LEÃO** e do Conselheiro substituto **SÉRGIO DANTAS**, nos termos da Portaria nº 0378/2014; ausência justificada dos Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA** e **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da Procuradora Geral do Ministério Público de contas dos Municípios do Estado do Pará, **ELISABETH SALAME DA SILVA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria"*. Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 009/14. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 1380012002-00; Prefeitura Municipal de Nova Ipixuna; Prestação de Contas – 2002; Responsável: José Pereira de Almeida; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas; Publicado no DOE nº 32.611, de 28.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com aplicação de multa. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela emissão de parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de Nova Ipixuna a não aprovação da prestação de contas da Prefeitura Municipal, exercício de 2002, de responsabilidade do Sr. José Pereira de Almeida, que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias ao FUMREAP, as seguintes multas: - R\$ 3.000,00 (três mil reais) pela remessa da prestação de contas do 1º ao 3º quadrimestres, fora do prazo legal, nos termos do art. 282, item III, "a" do RI/TCM; – R\$-3.000,00 (três mil reais), com base no art. 282, item I, "b" do RI/TCM, não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes, bem como a incorreta apropriação e recolhimento das obrigações patronais; – R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 282, item I, "b" do RI/TCM, pela ausência de processos licitatórios, no valor de R\$ - 67.392,75 (sessenta e sete mil, trezentos e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos); cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual"*. **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de Nova Ipixuna a não aprovação da prestação de contas da Prefeitura Municipal, exercício de 2002, de responsabilidade do Sr. José Pereira de Almeida; com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: recolher, no prazo de 15 (quinze) dias ao FUMREAP, as seguintes multas: - R\$-3.000,00 (três mil reais) pela remessa da prestação de contas do 1º ao 3º quadrimestres, fora do prazo legal, nos termos do art. 282, item III, "a" do RI/TCM; – R\$-3.000,00 (três mil reais), com base no art. 282,



item I, "b" do RI/TCM, não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes, bem como a incorreta apropriação e recolhimento das obrigações patronais; – R\$- 5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 282, item I, "b" do RI/TCM, pela ausência de processos licitatórios, no valor de R\$-67.392,75 (sessenta e sete mil, trezentos e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 1350012008-00; Prefeitura Municipal de Curuá;** Prestação de Contas – 2008 de Governo; Responsável: José Antônio Fausto da Silva; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. **Publicado no DOE nº 32.611, de 28.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Curuá a não aprovação das contas de Governo da Prefeitura Municipal, exercício de 2008, de responsabilidade de José Antonio Fausto da Silva, em razão do descumprimento do art. 42 da LC 101/00, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 1350012008-00; Prefeitura Municipal de Curuá;** Prestação de Contas – 2008 de Gestão; Responsável José Antônio Fausto da Silva; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.611, de 28.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Câmara Municipal de Curuá, exercício de 2007, de responsabilidade de José Antonio Fausto da Silva. **Processo nº 1400012009-00; Prefeitura Municipal de Placas;** Prestação de Contas – 2009 de Governo; Responsável: Maxweel Rodrigues Brandão; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.611, de 28.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Placas a aprovação das contas de Governo da Prefeitura, exercício de 2009, de responsabilidade de Maxweel Rodrigues Brandão. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 1400012009-00; Prefeitura Municipal de Placas;** Prestação de Contas – 2009 de Gestão; Responsável: Maxweel Rodrigues Brandão; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.611, de 28.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,



decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Placas, exercício de 2009, com recolhimento aos Cofres do Município, no prazo de quinze (15) dias, da multa no valor de R\$-14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º e 3º quadrimestres, na forma do art. 5º, I, § 1º da Lei nº 10.028/2000, após o que deverá ser expedido o respectivo Alvará de Quitação, no montante de R\$-15.792.633,49 (quinze milhões, setecentos e noventa e dois mil, seiscentos e trinta e três reais e quarenta e nove centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 7, 8, 9, 10 e 11: **Processo nº 120022004-00; Câmara Municipal de Baião;** Prestação de Contas – 2004; Responsável Ajax da Paixão Santos; Instrução: Auditora Elaine Bastos; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.611, de 28.03.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 900022004-00; Câmara Municipal de Brejo Grande do Araguaia;** Prestação de Contas – 2004; Responsável: Cícero Cosmo da Silva (01/01 a 13/02/2004), Manoel Lucy Rodrigues da Silva (14/02 a 13/03/2004) e Ricardo Correia Lima (14/03 a 31/12/2004); Instrução: Auditora Elaine Bastos; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.611, de 28.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalvas, das contas dos Srs. Cícero Cosmo da Silva e Manoel Lucy Rodrigues da Silva, com aplicação de multas e pela não aprovação das contas do Sr. Ricardo Correia Lima, com recolhimento aos Cofres Municipais, e multas no valor de R\$-3.233,87 (três mil, duzentos e trinta e três reais e oitenta e sete centavos), e remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas dos Srs. Cícero Cosmo da Silva e Manoel Lucy Rodrigues da Silva, Ordenadores da despesa da Câmara Municipal de Brejo Grande do Araguaia, nos períodos de 01/01 a 13/02/2004 e 14/02 a 13/03/2004, na forma do art. 102, Parágrafo Único, do RI/TCM, devendo cada Ordenador recolher ao FUMREAP, na forma do art. 3º, III, da Lei nº 3.768, de 39/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias, multa no valor de R\$3.001,00 (três mil e um reais), pela remessa intempestiva da documentação de prestação de contas (superior a 90 dias). Os Alvarás de Quitação, nos valores de R\$-59.786,76 (cinquenta e nove mil, setecentos e oitenta e seis reais e setenta e seis centavos) e R\$-27.828,65 (vinte e sete mil, oitocentos e vinte e oito reais e sessenta e cinco centavos), respectivamente, deverão ser expedidos aos Ordenadores somente após a comprovação do recolhimento das multas. 2 – Pela não aprovação das contas do Sr. Ricardo Correia Lima, Ordenador da Câmara Municipal de Brejo Grande do Araguaia, no período de 14/03 a 31/12/2004, nos termos do art. 52, II, § 2º, da Lei Complementar nº 25/94, devendo referido Ordenador recolher aos Cofres Municipais, o valor de R\$3.233,87 (três mil, duzentos e trinta e três reais e oitenta e sete centavos), lançado à conta "Agente Ordenador", em função das incorreções na execução financeira. Nos moldes do art. 5º, I, § 1º, da Lei Federal nº 10.028/2000, deve o Ordenador recolher a multa, no valor de R\$1.926,82 (hum mil, novecentos e vinte e seis reais, e oitenta e dois centavos), equivalente a 10% (dez por cento) dos seus vencimentos anuais (R\$19.268,26 – fls. 48), em função da não remessa dos Relatórios de Gestão Fiscal, descumprindo a Instrução Normativa nº 01/2004-TCM. E ao FUMREAP, nos termos do art. 3º, III, da Lei nº 3.768, de 39/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias, a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos*



do art. 283, I, do RI/TCM (Ato nº 016/2013), pela remessa intempestiva da documentação do período de 14/03 a 30/04/2004 (09 dias), e do 2º quadrimestre (13 dias)". **Em votação:** o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas dos Srs. Cícero Cosmo da Silva e Manoel Lucy Rodrigues da Silva, Ordenadores de despesa da Câmara Municipal de Brejo Grande do Araguaia (períodos de 01/01 a 13/02/2004 e 14/02 a 13/03/2004), na forma do art. 102, parágrafo único, do RI/TCM, e pela não aprovação das contas do Sr. Ricardo Correia Lima, Ordenador da Câmara Municipal de Brejo Grande do Araguaia (período de 14/03 a 31/12/2004), nos termos do art. 52, II, § 2º, da Lei Complementar nº 25/94, que deverá recolher aos Cofres Municipais o valor de R\$-3.233,87 (três mil, duzentos e trinta e três reais e oitenta e sete centavos), lançado à conta "Agente Ordenador", em função das incorreções na execução financeira, bem como a multa no valor de R\$-1.926,82 (hum mil, novecentos e vinte e seis reais e oitenta e dois centavos), equivalente a 10% (dez por cento) dos seus vencimentos anuais (R\$-19.268,26 – fls. 48), em função da não remessa dos Relatórios de Gestão Fiscal, descumprindo a Instrução Normativa nº 01/2004-TCM, nos termos do art. 5º, I, § 1º, da Lei Federal nº 10.028/2000. **Por maioria:** ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias: Srs. Cícero Cosmo da Silva e Manoel Lucy Rodrigues da Silva, multa no valor de R\$-3.001,00 (três mil e um reais), pela remessa intempestiva da documentação de prestação de contas (superior a 90 dias); Sr. Ricardo Correia Lima, R\$500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 283, I, do RI/TCM (Ato nº 016/2013), pela remessa intempestiva da documentação do período de 14/03 a 30/04/2004 (09 dias), e do 2º quadrimestre (13 dias). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 6: **Processo nº 760012003-00; Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu; Prestação de Contas – 2003; Responsável Antonio Paulino da Silva - Prefeito Municipal; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor Sérgio Dantas, Distribuído do Gabinete do Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.611, de 28.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua **proposta de Decisão:** "pela emissão de parecer prévio recomendando ao Legislativo Municipal a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal de São Félix do Xingú, exercício de 2003, de responsabilidade do Sr. Antônio Paulino da Silva, com recolhimento das seguintes importâncias: aos Cofres Municipais: R\$-32.580,00 (trinta e dois mil, quinhentos e oitenta reais), corrigidos monetariamente, referente ao pagamento a maior do subsídios dos Gestores; R\$-3.630,00 (três mil, seiscentos e trinta reais), correspondente a 5% de seus vencimentos, com base no art. 5º, I e § 1º da Lei Federal nº 10.028/2000, face a remessa extemporânea dos RGF's; ao FUMREAP, multa de R\$-1.000,00 (hum mil reais), pela remessa da prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres, fora do prazo legal, nos termos do artº 284, item I, do RI/TCM; Multa de R\$-2.000,00 (dois mil reais), com base no art. 282, item I, "b" do RI/TCM, face o descumprimento do artº 29-A, I da CF, bem como do artº 42 e 59 caput da Lei Federal nº





4.320/64; cópia dos autos deve ser encaminhado ao Ministério Público Estadual para as providências cabíveis". **Em votação:** O Conselheiro Cezar Colares ratificou a proposta de Decisão apresentada, no que foi acompanhado pelos Conselheiros, Aloísio Chaves, Antonio José e Sérgio Leão. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando ao Legislativo Municipal a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal de São Félix do Xingú, exercício de 2003, de responsabilidade do Sr. Antônio Paulino da Silva, com recolhimento das seguintes importâncias aos Cofres Municipais: R\$-32.580,00 (trinta e dois mil, quinhentos e oitenta reais), corrigidos monetariamente, referente ao pagamento a maior do subsídios dos Gestores; R\$-3.630,00 (três mil, seiscentos e trinta reais), correspondente a 5% de seus vencimentos, com base no art. 5º, I e § 1º da Lei Federal nº 10.028/2000, face a remessa extemporânea dos RGF's; cópia dos autos deve ser encaminhado ao Ministério Público Estadual para as providências cabíveis. **Por maioria:** ao FUMREAP, multa de R\$-1.000,00 (hum mil reais), pela remessa da prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres fora do prazo legal, nos termos do artº 284, item I, do RI/TCM; multa de R\$-2.000,00 (dois mil reais), com base no art. 282, item I, "b" do RI/TCM, face o descumprimento do artº 29-A, I da CF, bem como do artº 42 e 59 *caput* da Lei Federal nº 4.320/64. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 9: **Processo nº 440022006-00; Câmara Municipal de Marapanim; Prestação de Contas – 2006; Responsável: José Ronaldo Amoras Chaves (1º Quadrimestre) e Fernando Vilhena (2º e 3º Quadrimestres); Instrução: Auditora Adriana Oliveira/6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.611, de 28.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "*pela aprovação, com ressalvas, das contas do Sr. José Ronaldo Amoras, Ordenador da Câmara Municipal de Marapanim, de 01/01 a 30/04/2006, nos termos do art. 102, Parágrafo Único, do RI/TCM, devendo recolher ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, as seguintes multas: A – R\$-500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 283, I, do RI/TCM-PA (Ato nº 16/2013), pela remessa intempestiva da documentação do 1º quadrimestre; B – R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos moldes do art. 282, I, "b", do RI/TCM-PA (Ato nº 16/2013), pelo não recolhimento ao Caixa Único do Município, do IRRF arrecadado. Na forma do art. 5º, I, § 1º, da Lei Federal nº 10.028/2000, deve o Ordenador recolher a multa, no valor de R\$-2.659,84 (dois mil, seiscentos e cinquenta e nove reais, e oitenta e quatro centavos), equivalente a 10% dos seus vencimentos anuais, em função da não remessa do Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre. 2 – Pela não aprovação das contas do Sr. Fernando Vilhena, Ordenador da Câmara Municipal de Marapanim, de 01/05 a 31/12/2006, nos termos do art. 52, II, § 2º, da Lei Complementar nº 25/94, devendo referido Ordenador recolher aos Cofres Municipais, no prazo de 30 (trinta) dias, do valor de R\$-199.460,99 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e sessenta reais, e noventa e nove centavos), lançado à conta "Agente Ordenador", em função das diferenças apresentadas no demonstrativo financeiro. Na forma do art. 5º, I, § 1º, da Lei Federal nº 10.028/2000, deve o Ordenador recolher a multa de R\$-2.659,84 (dois mil, seiscentos e cinquenta e nove reais, e oitenta e quatro centavos), equivalente a 10% dos seus*



vencimentos anuais, em função da remessa extemporânea do Relatório de Gestão Fiscal do 3º trimestre. Ao FUMREAP, na forma do art. 3º, III, da Lei nº 3.768, de 39/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias, as seguintes multas: A – R\$-1.000,00 (hum mil reais), com base no art. 282, III, "a", do RITCM-PA (Ato nº 16/2013), pela não remessa dos extratos bancários, e das relações de Restos a Pagar, e de Bens Móveis e Imóveis; B – R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos moldes do art. 282, I, "b", do RI/TCM-PA (Ato nº 16/2013), pelo não recolhimento ao Caixa Único do Município, do IRRF arrecadado". **Em votação:** o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Sr. José Ronaldo Amoras, Ordenador da Câmara Municipal de Marapanim (01/01 a 30/04/2006), nos termos do art. 102, parágrafo único, do RI/TCM, e pela não aprovação das contas do Sr. Fernando Vilhena, Ordenador da Câmara Municipal de Marapanim (01/05 a 31/12/2006), nos termos do art. 52, II, § 2º, da Lei Complementar nº 25/94, com recolhimento aos Cofres Municipais, no prazo de 30 (trinta) dias, dos seguintes valores: R\$-199.460,99 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e sessenta reais, e noventa e nove centavos), lançado à conta "Agente Ordenador", em função das diferenças apresentadas no demonstrativo financeiro; R\$-2.659,84 (dois mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), na forma do art. 5º, I, § 1º, da Lei Federal nº 10.028/2000, equivalente a 10% dos seus vencimentos anuais, em função da remessa extemporânea do Relatório de Gestão Fiscal do 3º trimestre. **Por maioria:** ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, as seguintes multas: Ordenador Sr. José Ronaldo Amoras: R\$-500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 283, I, do RI/TCM-PA, pela remessa intempestiva da documentação do 1º trimestre; R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos moldes do art. 282, I, "b", do RI/TCM-PA, pelo não recolhimento ao Caixa Único do Município, do IRRF arrecadado; R\$-2.659,84 (dois mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), na forma do art. 5º, I, § 1º, da Lei Federal nº 10.028/2000, equivalente a 10% dos seus vencimentos anuais, em função da não remessa do Relatório de Gestão Fiscal do 1º trimestre; Ordenador: Sr. Fernando Vilhena: R\$-1.000,00 (hum mil reais), com base no art. 282, III, "a", do RI/TCM-PA, pela não remessa dos extratos bancários, das relações de Restos a Pagar, e de Bens Móveis e Imóveis; R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos moldes do art. 282, I, "b", do RI/TCM-PA, pelo não recolhimento ao Caixa Único do Município do IRRF arrecadado. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. **Processo nº 990022004-00; Câmara Municipal de Rurópolis; Prestação de Contas – 2004; Responsável: Silvino Costa Leal; Instrução: Auditor Leonardo Maciera; Ministério Público: Procuradora: Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.611, de 28.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas prestadas pelo Sr. Silvino Costa Leal, Ordenador de despesa da Câmara Municipal de Rurópolis, exercício de 2004, nos termos do art. 51 da Lei Complementar nº 25/1994, com a expedição do Alvará de Quitação na quantia de R\$-449.805,48 (quatrocentos e quarenta e



nove mil, oitocentos e cinco reais e quarenta e oito centavos). **Processo nº 750022010-00; Câmara Municipal de São Domingos do Capim;** Prestação de Contas Anuais de Gestão – 2010; Responsável: Osni de Jesus da Silva Oliveira; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.611, de 28.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Câmara Municipal de São Domingos do Capim, exercício de 2010, com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-872.159,29 (oitocentos e setenta e dois mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e nove centavos). Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 15: **Processo nº 70042010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Anajás;** Prestação de Contas – 2010; Responsável Alessandra Oliveira Lopes; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.611, de 28.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Anajás, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Alessandra Oliveira Lopes, com o recolhimento de multa ao FUMREAP no valor de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pelo atraso significativo no encaminhamento da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestre, com base no art. 284, IV do RI/TCM/PA; - R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), pela realização de despesas sem processo licitatório, como determina o art. 57, I "b" da LC nº 84/2012; - R\$-2.000,00 (dois mil reais), face o descontrole orçamentário e contábil e pelo não encaminhamento de contratos no prazo legal, ao teor do que prescreve o art. 282, I, "b" do RI/TCM/PA; com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 72022010-00; Fundo Municipal de Saúde de Anajás;** Prestação de Contas – 2010; Responsável Dilma da Silva Soares; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.611, de 28.03.2014.** Retirado de pauta. **Processo nº 882712009-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia do Pará;** Prestação de Contas – 2009; Responsável Elisângela Paiva Celestino; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.611, de 28.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia do Pará, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Elisângela Paiva Celestino, condicionando a expedição do Alvará de Quitação ao recolhimento ao FUMREAP da multa de R\$-2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com base no art. 284, III, do RITCM/PA". **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro substituto Sérgio



Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia do Pará, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Elisângela Paiva Celestino, **por maioria**, com recolhimento de multa ao FUMREAP no valor de R\$-2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com base no art. 284, III, do RI/TCM/PA. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 623972008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Redenção do Pará;** Prestação de Contas – 2008; Responsável Valdelice Luiza da Silva; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.611, de 28.03.2014.** Retirado de pauta. **Processo nº 802172006-00; Fundo Municipal de Saúde de São Sebastião da Boa Vista;** Prestação de Contas – 2006; Responsável Delcimar Viana de Souza; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Dantas; **Publicado no DOE nº 32.611, de 28.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de São Sebastião da Boa Vista, exercício 2006, de responsabilidade do Sr. Delcimar Viana de Souza, que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, as seguintes multas: I – aos Cofres Municipais - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa, com base no art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/20121, pelas contas irregulares em função de despesas realizadas sem processo licitatório; II - ao FUMREAP - R\$-1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), com base no art. 283, II, do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva das prestações de contas quadrimestrais. Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual para que sejam tomadas as providências cabíveis".* **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de São Sebastião da Boa Vista, exercício 2006, de responsabilidade do Sr. Delcimar Viana de Souza, que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, aos Cofres Municipais, o valor de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa, com base no art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/20121, pelas contas irregulares em função de despesas realizadas sem processo licitatório; cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP, recolher a multa no valor de R\$-1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), com base no art. 283, II, do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva das prestações de contas quadrimestrais. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 201204655-00; Fundo Municipal de Saúde de Santarém;** Recurso de Revisão contra a decisão da Resolução nº 10.176, de 13.10.2011; (Prestação de Contas de 2011); Responsável: José Antonio Alves Rocha; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator -





Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.611, de 28.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não conhecimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo não conhecimento do Recurso de Revisão em análise, mantendo inalterada a decisão constante da Resolução nº 10.176, de 13/10/2011. **Processo nº 200905005-00; Associação Carnavalesca Arco-Iris de Outeiro**; Prestação de Contas do Convênio nº 66/2009, firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável: Olavo Marques de Araujo Filho; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 66/2009, celebrado entre a PMB/FUMBEL e a Associação Carnavalesca Arco-Íris de Outeiro, com a expedição em favor do Sr. Olavo Marques de Araújo Filho, do competente Alvará de Quitação no valor de R\$-7.245,00 (sete mil, duzentos e quarenta e cinco reais). **Processo nº 200904179-00; Associação Carnavalesca Encanto da Ilha**; Prestação de Contas do Convênio nº 63/2009, firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável: Rosana Souza da Silva; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 63/2009, celebrado entre a PMB/FUMBEL e a Associação Carnavalesca Encanto da Ilha, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-7.245,00 (sete mil, duzentos e quarenta e cinco reais). **Processo nº 200920215-00; Associação Carnavalesca Império Jurunense**; Prestação de Contas do Convênio nº 35/2009, firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável: Pedro Jorge Sarmanho de Castro; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 035/2009, celebrado entre a PMB/FUMBEL e a Associação Carnavalesca Império Jurunense, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais). **Processo nº 201302380-00; União das Escolas de Samba de Belém**; Prestação de Contas do Convênio nº 011/2011, firmado com a Prefeitura Municipal de BELÉM/FUMBEL; Responsável: Ronaldo Norberto Paiva Costa; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.611, de 28.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela



não aprovação das contas do Convênio nº 011/2011, firmado entre PMB e a União das Escolas de Samba de Belém, de responsabilidade de Ronaldo Noberto Paiva Costa, com o recolhimento aos Cofres Municipais do valor R\$-45.743,06 (quarenta e cinco mil, setecentos e quarenta e três reais e seis centavos), atualizado até a data da efetiva devolução, e ao FUMREAP multa de R\$-5.000,00 (cinco mil reais) pela irregularidade danosa ao Erário e descumprimento de normas legais, no caso, Art. 57, I, "a", da Lei Complementar nº 084/2012; declarar a inidoneidade da Entidade e inabilitá-la de celebrar convênios ou qualquer forma de receber recursos oriundos do Poder Público, até que seja sanada a irregularidade com o devido ressarcimento ao Erário; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 201111291-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal;** Pensão - Portaria nº 049/11, de 27.06.11; Interessado Antônio Carlos Rodrigues Gadelha; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201111791-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal;** Pensão - Portaria nº 056/11, de 11.07.11; Interessado José Tiburcio da Silva Neto; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 29: **Processo nº 201309307-00; Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira – Belém;** Contratos Temporários de Pessoal – 2013; Interessada Edwa Neyra Silva de Oliveira e Outros; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "*voto contrariamente ao registro dos 14 (quatorze) Contratos Temporários firmados por aquela Prefeitura com Kátia Regina Martins Cavalcante e outros para as funções de Assistente Social, Orientadora Social, Pedagoga e Psicóloga. Ademais, alguns dos contratos foram enviados intempestivamente a esta Corte de Contas, haja vista que foram assinados em 02/01/2013, mas protocolizados neste Tribunal somente em 04/06/2013. Por tratar-se de remessa superior a 90 dias, aplico ao Responsável multa no valor de R\$-3.001,00 (três mil e um reais), com base no art. 120-B, inciso IV1, do Regimento Interno deste TCM/PA, a qual deverá ser imputada na competente prestação de contas do exercício de 2013, oportunizando-se, desta forma, o contraditório e a ampla defesa, a quando da citação do Ordenador, conforme previsto no art. 120-D, do referido Regimento Interno. Por fim, estando expirada a vigência de todos os atos encaminhados sugerimos que os presentes autos sejam juntados à Prestação de Contas respectivas*". **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves acompanhou o Relator quanto a negativa de registro das contratações referentes aos cargos de Assistente Social, Orientadora Social e Psicóloga, e divergiu registrando as contratações para o cargos de Pedagoga, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Antonio José. O Conselheiro



Cezar Colares, o Conselheiro substituto Sérgio Dantas e a Conselheira Mara Lúcia acompanharam o Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de registro dos Contratos Temporários firmados por aquela Prefeitura para as funções de Assistente Social, Orientadora Social e Psicóloga, com aplicação de multa ao Responsável no valor de R\$-3.001,00 (três mil e um reais), com base no art. 120-B, inciso IV, do Regimento Interno deste TCM/PA, a qual deverá ser imputada na competente prestação de contas do exercício de 2013, oportunizando-se, desta forma, o contraditório e a ampla defesa, a quando da citação do Ordenador, conforme previsto no art. 120-D, do referido Regimento Interno; estando expirada a vigência de todos os atos, encaminhar os presentes autos à prestação de contas respectiva. **Por maioria**: pela negativa de registro dos Contratos Temporários firmados por aquela Prefeitura para as funções de Pedagoga. Vencido o Conselheiro Aloísio Chaves e o Conselheiro Antonio José quanto ao registro dos Atos referentes a Contratação Temporária para os cargos de Pedagoga. **Processo nº 201306346-00; Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira**; Contratos Temporários de Pessoal de nº's 013/2013 e 015/2013; Interessada: Diana do Socorro da Silva Melo e Jonas José Dias de Moraes; Ministério Público: Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Sérgio Leão. Retirado de Pauta. **Processo nº 201307143-00; Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira - Belém**; Contratos Temporários nº's 043 a 057, 059, 062 a 066, 068 a 080, 082 e 083 /2013; Interessado: Adevilson Cardoso Pinto e Outros; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela negativa de registro dos Contratos nº's 043 a 057, 059, 062 a 066, 068 a 080, 082 e 083/2013, firmados com Adevilson Cardoso Pinto e outros, para as funções de AUXILIAR ADMINISTRATIVO AUX-19, AUXILIAR ADMINISTRATIVO NM-03, PROFESSOR – MAG 04, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO NM-03, MOTORISTA AUX-013, ASSISTENTE SOCIAL-NS-03 e PSICÓLOGO-NS-29, determinando que estes autos sejam anexados à prestação de contas respectiva para a verificação das despesas decorrentes de tal contratação*”. **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves acompanhou o Relator quanto a negativa de registro dos Contratos para os cargos de AUXILIAR ADMINISTRATIVO AUX-19, AUXILIAR ADMINISTRATIVO NM-03, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO NM-03, MOTORISTA AUX-013, ASSISTENTE SOCIAL-NS-03 e PSICÓLOGO-NS-29, e divergiu registrando o Contrato para o cargo de PROFESSOR – MAG 04, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Antonio José. O Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro substituto Sérgio Dantas e a Conselheira Mara Lúcia acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de registro dos Contratos para as funções de AUXILIAR ADMINISTRATIVO AUX-19, AUXILIAR ADMINISTRATIVO NM-03, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO NM-03, MOTORISTA AUX-013, ASSISTENTE SOCIAL-NS-03 e PSICÓLOGO-NS-29, firmados com Adevilson Cardoso Pinto e outros, determinando que os contratos sejam anexados à prestação de contas respectiva para a verificação das despesas decorrentes de tal contratação. **Por maioria**: pela negativa de registro do Contrato firmado para a função de PROFESSOR – MAG 04. Vencido o Conselheiro Aloísio Chaves e o Conselheiro Antonio José que votaram pelo registro dos Contratos firmados para a função de PROFESSOR – MAG 04. **Processo nº**



**201306725-00; Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira;** Contrato Temporário nº 025/2013; Interessado Marcos Célio de Souza Paulo; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Sérgio Leão. Retirado de pauta. **Processo nº 201306693-00; Prefeitura Municipal de Porto de Moz;** Decreto nº 29, de 25.02.2013, que fixa as diárias do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Secretários Adjuntos, Procurador, Subprocurador e demais Servidores Municipais; Interessado Edilson Cardoso de Lima - Prefeito Municipal; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro do Decreto nº 29, de 25/02/2013, com as alterações implementadas pelo Decreto nº 32-A, de 27/03/2013, que regulamenta a concessão de diárias ao Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Secretários Adjuntos, Procurador e Subprocuradores Municipais e aos demais servidores do Município de Porto de Moz. **Processo nº 201213141-00; Câmara Municipal de Ourilândia do Norte;** Subsídio - Resolução nº 002, de 29/06/2012, que dispõe sobre Revisão dos Subsídios dos Vereadores - Legislatura de 2009 a 2012; Interessado: Walto Santos Cunha; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro da Resolução nº 002, de 29/06/2012, que concede revisão aos subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Ourilândia do Norte, no percentual de 4,88%. **Processo nº 201320523-00; Câmara Municipal de Cachoeira do Piriá;** Subsídio - Resolução nº 01/2012, que fixa os Subsídios dos Vereadores para a Legislatura de 2013/2016; Interessado: Nilo Ferreira da Costa; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pelo cadastramento da Resolução nº 01/2012, que fixa os subsídios dos Vereadores do Município de Cachoeira do Piriá para a legislatura 2013/2016*". **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, porém atribuiu multa pelo atraso na remessa do Ato. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 01/2012, que fixa os subsídios dos Vereadores do Município de Cachoeira do Piriá para a legislatura 2013/2016. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a aplicação de multa pelo atraso no envio do Ato. Às onze horas e quarenta minutos, o Conselheiro Cezar Colares assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 12, 13 e 14: **Processo nº 52142005-00; Instituto de Previdência do Município de Almeirim;** Prestação de Contas – 2005; Responsável Rildo Luis Pereira Pamplona; Instrução Auditor Alcimar Lobato / 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no**





**DOE nº 32.611, de 28.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas prestadas por Rildo Luis Pereira Pamplona, Ordenador de despesa do Instituto de Previdência do Município de Almeirim, do exercício de 2005, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-511.951,79 (quinhentos e onze mil, novecentos e cinquenta e um reais e setenta e nove centavos). **Processo nº 750042007-00; Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Domingos do Capim; Prestação de Contas – 2007; Responsável: Clésio Benedito da Silva Soares; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.611, de 28.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas prestadas pelo Sr. Clésio Benedito da Silva Soares, Ordenador do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de São Domingos do Capim, exercício 2007, a quem deve ser emitido Alvará de Quitação no montante de R\$-194.662,54 (cento e noventa e quatro mil, seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos). **Processo nº 753982006-00; Fundo Municipal de Saúde de São Domingos do Capim; Prestação de Contas – 2006; Responsável: Walter de Jesus Soares Teixeira; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.611, de 28.03.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas prestadas pelo Fundo Municipal de Saúde de São Domingos do Capim, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Walter de Jesus Soares Teixeira, que deverá recolher atualizado o valor de R\$-3.294,56 (três mil, duzentos e noventa e quatro reais e cinquenta e seis centavos), sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 27 e 28: **Processo nº 201300322-00; Prefeitura Municipal de Paragominas; Contratos Temporários de Pessoal; Interessado Paulo Pombo Tocantins - Prefeito Municipal; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia. Retirado de Pauta. Processo nº 201308360-00; Prefeitura Municipal de Paragominas; Contratos Temporários de Pessoal; Interessado Paulo Pombo Tocantins - Prefeito Municipal; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Mara Lúcia.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**: “*contrariamente ao registro dos 14 (quatorze) Contratos Temporários firmados por aquela Prefeitura com Kátia Regina Martins Cavalcante e outros para as funções de Assistente Social, Orientadora Social, Pedagoga e Psicóloga. Ademais, alguns dos contratos*



foram enviados intempestivamente a esta Corte de Contas, haja vista que foram assinados em 02/01/2013, mas protocolizados neste Tribunal somente em 04/06/2013. Por tratar-se de remessa superior a 90 dias, aplico ao responsável multa no valor de R\$ 3.001,00 (três mil e um reais), com base no art. 120-B, inciso IV1, do Regimento Interno deste TCM/PA, a qual deverá ser imputada na competente prestação de contas do exercício de 2013, oportunizando-se, desta forma, o contraditório e a ampla defesa, a quando da citação do Ordenador, conforme previsto no art. 120-D, do referido Regimento Interno. Por fim, estando expirada a vigência de todos os atos encaminhados sugerimos que os presentes autos sejam juntados à Prestação de Contas respectivas". **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves pediu VISTA dos autos. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às doze horas e vinte minutos da qual foi lavrada a presente Ata. Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em primeiro de abril de dois mil e quatorze.

Visto:

**Robson Figueiredo do Carmo**

Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**  
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**  
Presidente da Sessão

Conselheiro **Aloísio Chaves**

Conselheiro **Daniel Lavareda**

Conselheiro **Antonio José**

Conselheiro **Sérgio Leão**